



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

DOI: <http://doi.org/10.20873/CURRICULAEXP>

## **CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EAD: EXPERIÊNCIA NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA NA AMAZÔNIA LEGAL**

INTEGRATION OF UNIVERSITY EXTENSION IN DISTANCE EDUCATION:  
EXPERIENCE IN THE PUBLIC MANAGEMENT COURSE IN THE LEGAL AMAZON

CURRICULARIZACIÓN DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN LA EDUCACIÓN  
A DISTANCIA: EXPERIENCIA EN EL CURSO DE GESTIÓN PÚBLICA EN LA  
AMAZONÍA LEGAL

**Valtuir Soares Filho<sup>1</sup>**  
**José Fernando Bezerra de Miranda<sup>2</sup>**  
**Silvéria Basniak<sup>3</sup>**  
**Darlene Teixeira Castro<sup>4</sup>**  
**Augusto de Rezende Campos<sup>5</sup>**  
**Paulo Henrique Ulisses Borges<sup>6</sup>**

Recebido 10/07/2024	Aprovado 28/08/2024	Publicado 30/08/2024
------------------------	------------------------	-------------------------

**RESUMO:** O estudo tem como objetivo apresentar a experiência de curricularização da extensão no curso Tecnologia em Gestão Pública a distância na Universidade do Tocantins (UNITINS) no estado do Tocantins, localizado na Amazônia Legal Brasileira. Trata-se de um estudo descritivo, que possui uma abordagem qualiquantitativa. As fontes de pesquisa são do tipo documental, a partir de dados públicos constantes em sites oficiais e relatórios de planos de trabalho. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), para a análise dos dados documentais e do diário de campo. Os resultados revelam que as atividades extensionistas praticadas no curso contribuíram substancialmente para a

<sup>1</sup>Doutor em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6134-8383>

<sup>2</sup> Mestre em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8134-2106>

<sup>3</sup> Mestre em Linguística. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4640-5451>

<sup>4</sup> Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1867-3804>

<sup>5</sup> Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4530-2945>

<sup>6</sup> Mestrando no programa Profissional em Administração Pública. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8087-6060>



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

transformação da realidade local, bem como marcaram a presença da universidade pública como fator de desenvolvimento local sustentável, posto que todas elas foram planejadas e executadas a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Conclui-se parcialmente que o curso tem potencial para contribuir com o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde está sendo ofertado, fomentando a participação social e a criação de atores sociais de desenvolvimento na Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Curricularização da Extensão. EaD. ODS. Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Local.

**ABSTRACT:** The study aims to present the experience of curricularization of the extension in the distance learning Public Management Technology course at the University of Tocantins (UNITINS) in the state of Tocantins, located in the Brazilian Legal Amazon. This is a descriptive study, which has a qualitative and quantitative approach. The research sources are documentary, based on public data on official websites and work plan reports. The content analysis technique, proposed by Bardin (2011), was used to analyze documentary data and the field diary. The results reveal that the extension activities carried out in the course contributed substantially to the transformation of the local reality, as well as marking the presence of the public university as a factor in sustainable local development, since all of them were planned and executed based on the Sustainable Development Goals (SDG) of the 2030 Agenda. It is partially concluded that the course has the potential to contribute to sustainable development in the communities where it is being offered, promoting social participation and the creation of social development actors in the Amazon.

**KEYWORDS:** Extension Curriculum. EaD. SDGs. Sustainable development. Local Development.

**RESUMEN:** El estudio tiene como objetivo presentar la experiencia de la curricularización de la extensión en el curso de Tecnología en Gestión Pública a distancia en la Universidad del Tocantins (UNITINS) en el estado de Tocantins, ubicado en la Amazonía Legal Brasileña. Se trata de un estudio descriptivo, con un enfoque cualitativo-cuantitativo. Las fuentes de investigación son de tipo documental, basadas en datos públicos disponibles en sitios oficiales y en informes de planes de trabajo. Se utilizó la técnica de análisis de contenido, propuesta por Bardin (2011), para el análisis de los datos documentales y del diario de campo. Los resultados revelan que las actividades extensionistas practicadas en el curso contribuyeron sustancialmente a la transformación de la realidad local, así como también destacaron la presencia de la universidad pública como un factor de desarrollo local sostenible, dado que todas fueron planificadas y ejecutadas en función de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda 2030. Se



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

concluye parcialmente que el curso tiene el potencial de contribuir al desarrollo sostenible en las comunidades donde se ofrece, fomentando la participación social y la creación de actores sociales de desarrollo en la Amazonía.

**PALABRAS CLAVE:** Curricularización de la Extensión. EaD. ODS. Desarrollo Sostenible. Desarrollo Local.

## INTRODUÇÃO

A extensão universitária, mais do que um complemento às atividades acadêmicas, se consolida como um elo dinâmico e transformador entre universidade e sociedade. Por meio de projetos e ações que extrapolam os muros acadêmicos, as universidades não apenas compartilham conhecimento, como também se engajam ativamente na solução de desafios locais e regionais.

A inclusão da extensão na matriz curricular não só enriquece a formação acadêmica a partir de experiências práticas e interdisciplinares, como também fortalece o compromisso das IES com a responsabilidade social e a promoção do bem-estar coletivo. Iniciativas como o Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica (TO Graduado)<sup>7</sup> da Universidade Estadual do Tocantins exemplificam essa abordagem ao capacitar estudantes para enfrentar questões complexas, preparando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

Este estudo se deu a partir do seguinte questionamento: de que maneira a curricularização da extensão em um curso Tecnologia em Gestão Pública de uma IES pública, na região Amazônica, está sendo implementada? O objetivo desta pesquisa consiste em trazer resultados do processo de curricularização da extensão do curso Tecnologia em Gestão Pública de uma IES pública da região amazônica. O curso da IES pesquisada compõe o portfólio de cursos da UNITINS, localizada no Tocantins, estado que faz parte da Amazônia Legal. A pesquisa se justifica como

---

<sup>7</sup> Doravante, neste texto, o projeto será nominado como TO Graduado, conforme preconiza a Resolução/CONSUNI/nº 006, de 13 de março de 2023 da UNITINS.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

contribuição prática, na medida em que pretende mostrar como a universidade e o curso Tecnologia em Gestão Pública têm enfrentado o desafio da curricularização da extensão, prescrita pela Política Nacional de Educação (Brasil, 2018).

A pesquisa se torna relevante por trazer dados concretos acerca de como está sendo realizada a curricularização da extensão no curso e busca evidenciar a forma como projetos de natureza extensionista têm contribuído para o desenvolvimento de competências técnicas na formação dos futuros profissionais da gestão. Acredita-se que os resultados desta pesquisa podem ampliar o debate sobre a curricularização da extensão nos cursos tecnológicos a distância.

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À CURRICULARIZAÇÃO**

A extensão universitária teve suas origens na Inglaterra durante a segunda metade do século XIX, em meio à Revolução Industrial. Naquela época, foram estabelecidos os chamados *colleges*, que funcionavam como universidades populares oferecendo cursos especialmente para os jovens trabalhadores das fábricas, inclusive no período noturno (Nogueira, 2001).

No Brasil, as primeiras iniciativas foram promovidas nas décadas de 1930 e 1940, inspiradas em modelos europeus e norte-americanos e tinham como foco principal a difusão cultural e científica para a sociedade (De Medeiros, 2017). Nos anos 1960, com o aumento das tensões sociais e a necessidade de uma maior inserção social das universidades, a extensão universitária começou a ganhar mais relevância. Nesse período, as universidades brasileiras passaram a adotar um papel mais ativo na promoção de projetos comunitários e de desenvolvimento regional (De Medeiros, 2017).

Conforme destaca De Medeiros (2017), a extensão universitária passou a ser obrigatória nas universidades brasileiras a partir de 1968, com a promulgação da Lei



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

nº 5.540, que determinava a todas as instituições de ensino superior a oferta de atividades como cursos e serviços especiais destinados à comunidade.

Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, a extensão universitária passou por um novo período de revitalização, principalmente com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), em novembro de 1987. Em 1998, o FORPROEX aprovou o Plano Nacional de Extensão, uma medida importante para a institucionalização da extensão universitária. Esse Plano definiu a extensão universitária como atualmente entendida: “o processo educativo, cultural e científico que integra de maneira inseparável o Ensino e a Pesquisa, facilitando a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, as universidades começaram a desenvolver políticas mais estruturadas de extensão, alinhadas com os objetivos de inclusão social e democratização do conhecimento. Durante esse período, foram criados órgãos e comissões específicas para coordenar as atividades de extensão nas instituições de ensino superior (De Medeiros, 2017).

Assim, o fortalecimento da extensão universitária, que começou nos anos 1980 com a organização do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, continuou ao longo dos anos 1990, período em que a extensão se firmou como um ator político significativo no ambiente universitário, e ganhou ainda mais relevância e nova dimensão na década de 2000 (De Medeiros, 2017).

Atualmente, no país, as universidades são obrigadas a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse princípio reflete de maneira benéfica para as IES, já que contribui para a qualidade das atividades realizadas e para a integração da universidade com a comunidade, incentivando a realização de projetos em conjunto.

E a extensão universitária ganhou um novo capítulo com a Resolução nº 7, de



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Entre as diretrizes, está a determinação de que as IES brasileiras devem garantir obrigatoriamente, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos em atividades de extensão:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (Brasil, 2018, p. 2).

Com essa determinação, a carga horária da extensão deverá integrar a matriz curricular. Assim, a legislação não apenas curriculariza a extensão, mas a empodera como instrumento de fortalecimento da prática pedagógica da IES, promovendo o desenvolvimento local e regional.

## **A EXTENSÃO COMO IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA LEGAL**

Na perspectiva do desenvolvimento local e regional, o governo do Tocantins, por meio da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), editou a Lei n. 4.003, de 7 de novembro de 2022, que sistematiza o Projeto de Interiorização Universitária Tecnológica, denominado TO Graduado. O Projeto tem como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior no interior do Tocantins e está sendo desenvolvido em mais de uma dezena de municípios com a oferta de cursos tecnólogos de Gestão Pública, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão do Agronegócio. Os



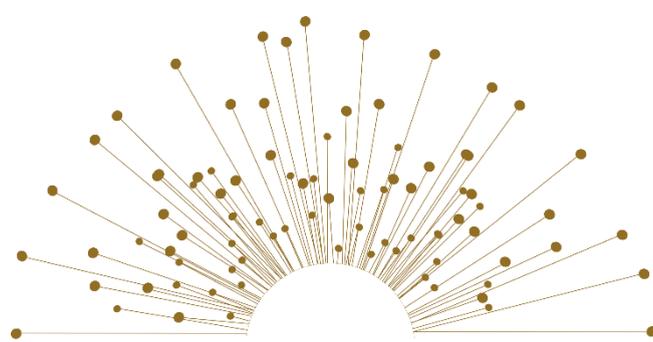
ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

cursos do TO Graduado estão institucionalizados e centralizados no *campus* Palmas e descentralizados em Polos de Educação Tecnológica distribuídos em 14 municípios do estado: Araguaçu, Arapoema, Campos Lindos, Caseara, Colinas, Colmeia, Guaraí, Itacajá, Miranorte, Natividade, Paranã, Ponte Alta, Sítio Novo e Xambioá. A oferta dos cursos se dá de forma síncrona e assíncrona, mediada por tecnologias digitais, contemplando, assim, a modalidade de Educação a Distância (EaD).

O curso superior Tecnologia em Gestão Pública tem o propósito principal capacitar profissionais para intervir no desenvolvimento econômico e social da região, atuando em instituições públicas nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, bem como em organizações da sociedade civil. O foco está no planejamento, na implantação e no gerenciamento de políticas públicas, equilibrando desenvolvimento econômico sustentável e qualidade de vida.

Destaca-se que o curso é ofertado no Tocantins, um dos estados da Amazônia Legal. A região é um arranjo político em uma área delimitada pelo governo brasileiro que abrange mais oito estados além do Tocantins: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A região conta com mais de 808 cidades que habitam o bioma Amazônia, o que representa cerca de 28 milhões de habitantes (IBGE, 2024).

Na premissa de um desenvolvimento socioeconômico sustentado e regionalizado muito particular e propício à Amazônia Legal, a Agenda 2030 contribui substancialmente para o alcance dessas metas. A ONU, por intermédio dos 193 Estados-membros, chegou a um acordo, em 2015, para criação de uma agenda que inclui 17 ODS que buscam até 2030 erradicar a extrema pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo em que protegem o meio ambiente, conforme disposto na Figura 1.



# REVISTA CAPIM DOURADO

## Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

**Figura 1** – Temas centrais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Adaptado dos Objetivos e Metas dos ODS/ONU (2015).

O Brasil esteve presente nas negociações da Agenda e assumiu compromisso em criar estratégias para se atingir os 17 objetivos e suas 169 metas que envolvem temáticas diversificadas, como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança e meios de implementação.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Godoy (1995) afirma que toda pesquisa objetiva a busca de novas informações e a ampliação do conhecimento existente. A pesquisa pode ter uma abordagem qualitativa, caracterizada a partir de um foco de interesse amplo que se define ao longo do estudo, sem preocupação com enumeração ou medição de dados. Nesse sentido, Gerhardt e Silveira (2009) explicam que o método qualitativo busca compreender profundamente o porquê das coisas. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa também é descritiva, valorizando a palavra escrita tanto no processo de obtenção de dados quanto na disseminação dos resultados. Para alcançar uma ampla compreensão do fenômeno, todos os dados da realidade, assim como o ambiente e as pessoas nele inseridas são analisados.

Paralelamente, a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação tanto na coleta de informações quanto no seu tratamento, por meio de técnicas estatísticas como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação e análise de regressão, entre outras (Michael, 2005).

O presente estudo adota uma abordagem qualiquantitativa, pois busca a compreensão do tema por meio de sua descrição e interpretação com apresentação de alguns dados estatísticos. Caracteriza-se como descritivo, tendo como objetivo detalhar o objeto de estudo a partir da observação dos dados da realidade. Foram utilizadas as seguintes fontes documentais: I) projeto e relatório final das atividades de intervenção extensionista, postados pelos alunos no ambiente virtual da IES, o banner utilizado na apresentação *in loco* no polo de apoio presencial e o diário de campo; II) Projeto Político Pedagógico do curso; III) plano de ensino da disciplina Projeto Integrador Extensionista II.

Para contribuir com a pesquisa de campo, foi utilizado o diário de campo, que consistiu em material físico com registros produzidos durante as apresentações *in*



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

*loco* em maio de 2024. Nessas apresentações, foram feitas observações e anotações que constituíram um microcosmo das atividades intervencionistas.

Na coleta de dados, primeiramente, foi feita uma revisão bibliográfica/documental com o objetivo de buscar embasamento teórico e científico, que consistiu na leitura de livros e artigos, bem como os documentos institucionais (Projeto Político Pedagógico e Plano de Ensino da Disciplina) da universidade onde o curso e a disciplina são ofertados. Na sequência, buscaram-se evidências nos documentos institucionais anteriormente citados e no diário de campo registrado ao longo das apresentações dos seminários *in loco*.

As etapas para análise dos dados, seguindo a técnica proposta por Bardin (2011), se deram por meio de: (a) pré-análise; (b) exploração do material; (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Complementar à análise descritiva, os resultados quantitativos foram apresentados em quadros e gráficos, para proporcionar uma análise quantitativa contribuindo para a análise holística dos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O curso de Tecnologia em Gestão Pública da UNITINS, objeto de estudo desta pesquisa, iniciou suas atividades com processos seletivos no segundo semestre de 2022. As aulas começaram de forma semipresencial, utilizando o ambiente virtual do Educa, baseado na plataforma Chamilo. Com o objetivo de ampliar o acesso da sociedade tocantinense ao curso, a modalidade de ensino foi migrada para totalmente a distância (EaD) no primeiro semestre de 2023, permanecendo assim até o presente momento. O curso conta com uma estrutura organizada em 14 polos localizados em municípios estratégicos do estado do Tocantins, além da oferta no *campus* de Palmas, conforme Quadro 1.

**Quadro 1 – Atuação do Projeto de Interiorização Universitária TO Graduado – curso Tecnologia em Gestão Pública**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
Araguaçu	Sul	8.517
Arapoema	Central	5.550
Campos Lindos	Nordeste	8.653
Caseara	Vale do Araguaia	5.378
Colinas	Central	35.851
Colmeia	Central	11.523
Guaraí	Central	8.837
Itacajá	Nordeste	7.414
Miranorte	Central	13.493
Natividade	Sudoeste	9.239
Palmas	Central	305.000
Paraná	Sudoeste	10.449
Ponte Alta	Jalapão	7.180
Sítio Novo	Bico do Papagaio	9.078
Xambioá	Bico do Papagaio	10.517

Fonte: Adaptado de UNITINS (2024).

O curso superior de Tecnologia em Gestão Pública está presente em todo o estado do Tocantins, alinhando-se à premissa do projeto de interiorização de estar disponível em todas as regiões do estado (UNITINS, 2024). De acordo com as diretrizes do projeto político pedagógico, o curso tem uma duração mínima de quatro semestres, com uma carga horária total de 1.700 horas. Os componentes teóricos são distribuídos em disciplinas de 60 horas, totalizando 1.160 horas, enquanto as



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

disciplinas de natureza prática somam 160 horas. As atividades complementares devem totalizar 110 horas, e as disciplinas extensionistas são integralizadas em 270 horas. As disciplinas que compõem a curricularização da extensão são executadas utilizando a Metodologia Baseada em Projetos. No plano de ensino, constam os produtos entregues pelos estudantes e as rubricas de avaliação dos aspectos cognitivos, operacionais e atitudinais (UNITINS, 2024).

As atividades de extensão curricularizadas no curso de Tecnologia em Gestão Pública partem do princípio da transversalidade, sustentada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: “Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Com isso, as atividades de extensão passam a ser obrigatórias no componente curricular. Para isso, foram escolhidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e validadas pelo Colegiado de Curso três disciplinas extensionistas: Projeto Extensionista Integrador I, Projeto Extensionista Integrador II e Projeto Extensionista Integrador III.

Na fase de definição dos componentes curriculares, o NDE conduziu pesquisas em periódicos acadêmicos para explorar diferentes abordagens de curricularização no contexto universitário. Essas pesquisas incluíram a análise de experiências como a do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP (Lucas *et al.*, 2023) e a curricularização da extensão no curso superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (Fernandes *et al.*, 2023), entre outras. O que se constatou é que o desafio de implementar a curricularização da extensão é significativo, uma vez que exige uma transformação cultural no ensino superior, que tradicionalmente é marcado por uma abordagem conteudista.

É importante destacar que, segundo a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

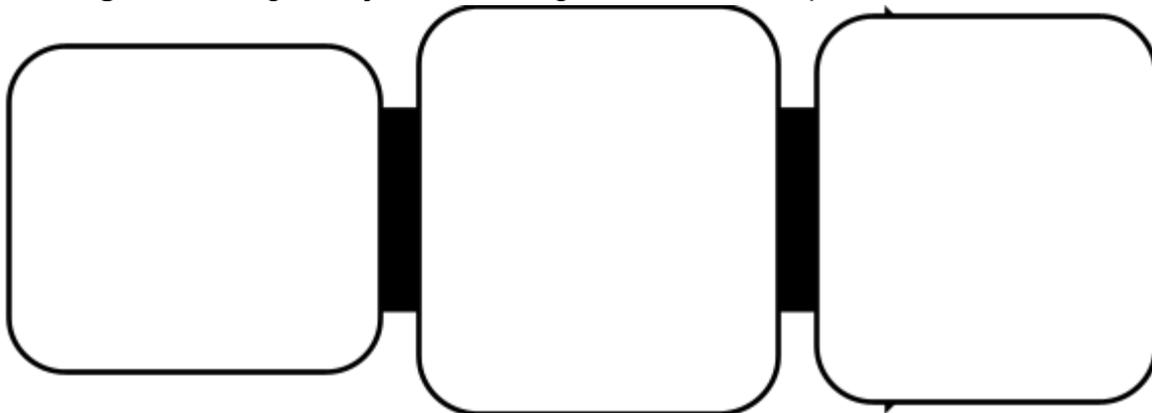
dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, as atividades de extensão são consideradas intervenções que envolvem diretamente as comunidades externas às IES e estão vinculadas à formação do estudante. A Resolução determina que as atividades extensionistas, conforme caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas modalidades de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e, por fim, prestação de serviços (Brasil, 2018). Como resultado da sensibilização dos acadêmicos e seguindo as modalidades previstas na Resolução, as ações extensionistas propostas pelos grupos foram desenvolvidas nas modalidades de palestras, oficinas, rodas de conversa, mesa redonda, panfletos, cartilhas, entre outras ações.

Vale destacar que as ações extensionistas acima foram sugeridas pelos docentes aos acadêmicos, para muito além do que a Resolução propõe, mas pela necessidade de se adotarem estratégias que fossem acessíveis, dinâmicas e eficazes na interação com as comunidades atendidas pelas IES. Essas modalidades permitiram maior adaptação aos contextos locais e facilitaram a disseminação do conhecimento de maneira participativa e inclusiva. Além disso, essa abordagem evidenciou os desafios de implementar a curricularização da extensão, uma vez que demanda criação de estratégias que não apenas envolvam diretamente as comunidades, mas que também sejam sensíveis às suas necessidades e particularidades, promovendo um diálogo contínuo e colaborativo.

A disciplina de Projeto Extensionista Integrador é ofertada semestralmente e desenvolvida pelo ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Em sua operacionalização, são inseridas rotas de aprendizagem no AVA, de maneira que, a cada rota disponibilizada, os acadêmicos, organizados em grupos, realizam entregas de atividades e avancem nos conteúdos propostos para aquele semestre. O objetivo da disciplina é a construção de um projeto de intervenção extensionista na

sociedade, como mostra a Figura 2.

**Figura 2** – Organização metodológica das três disciplinas extensionistas



Fonte: Adaptado da UNITINS (2024).

Todas as fases são supervisionadas pela equipe de professores da disciplina, que atuam como facilitadores do processo de pesquisa. A equipe é composta por um coordenador de disciplina e um professor auxiliar, além de tutores presenciais e a distância, que realizam a comunicação de conteúdos entre os professores e os acadêmicos, acompanhando as atividades conforme o cronograma estabelecido e operacionalizado pelo AVA (Educa). Ao final do período destinado à execução de cada etapa do Projeto Integrador, os acadêmicos apresentam o trabalho concluído à equipe para avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Os Projetos Extensionistas Integradores são elaborados seguindo a estrutura formal de escrita e apresentação, conforme os critérios técnicos estabelecidos nas Normas para



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

## Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da UNITINS.

Para ilustrar os resultados das atividades de curricularização da extensão, esta pesquisa apresenta os resultados obtidos na disciplina Projeto Integrador II, ministrada em 12 dos 14 polos onde o curso está presente (Araguaçu, Caseara, Colinas, Colmeia, Guaraí, Itacajá, Miranorte, Natividade, Palmas, Paranã, Ponte Alta e Sítio Novo), durante o primeiro semestre de 2024. Para orientar as práticas extensionistas, foram realizadas aulas de orientação ao vivo pelo Google Meet, com a participação da equipe de professores, tutores e acadêmicos. Essas aulas faziam parte da rota de aprendizagem postada no ambiente virtual da universidade, permitindo que, a cada semana, a evolução das discussões nos polos e os materiais produzidos fossem socializados e, posteriormente, retornados aos acadêmicos para ajustes.

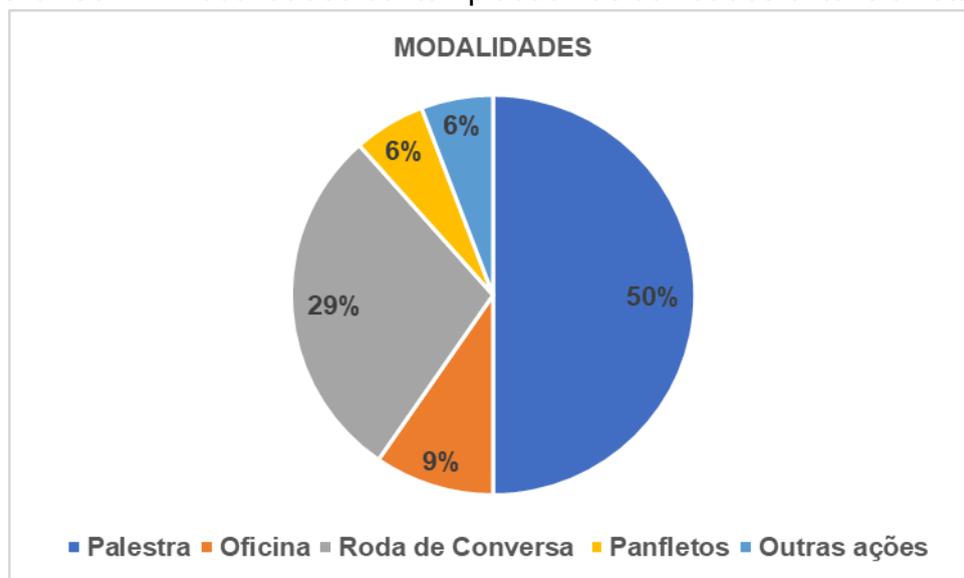
Além disso, foram programadas sessões de qualificação oral dos projetos de intervenção, a fim de melhor qualificar o trabalho a ser realizado *in loco*. A organização dos grupos para as atividades foi responsabilidade de cada polo. Como resultado, foram executadas 52 atividades extensionistas. Após a realização das atividades, foi solicitado aos grupos um relatório para que pudessem documentar em textos e imagens as experiências vivenciadas nas práticas extensionistas. Esse relatório, baseado no plano de trabalho discutido ao longo do semestre, foi postado no Ambiente Virtual da universidade para auxiliar na construção de um banco de dados das práticas de curricularização da extensão no Projeto Integrador II.

Cabe destacar que durante esse processo foi perceptível o protagonismo discente, especialmente no contexto da EaD. Observa-se que os acadêmicos assumem um papel ativo na concepção, na execução e na avaliação dos projetos, o que promove um aprendizado significativo e engajado. Essa abordagem permitiu que os estudantes desenvolvessem competências práticas para fortalecer sua capacidade de atuação crítica e cidadã, aplicando os conhecimentos adquiridos em

situações reais que beneficiam a comunidade. Além disso, ressalta-se que esse protagonismo tende a contribuir para a formação de futuros gestores públicos mais conscientes das realidades sociais e regionais, especialmente na Amazônia Legal. Por meio da participação ativa nos projetos, os acadêmicos não apenas aplicam as teorias discutidas nas disciplinas do curso, como também desenvolvem habilidades de liderança, comunicação e trabalho em equipe, essenciais para enfrentar os desafios específicos da região. Essa experiência prática, aliada ao contexto local, reforça a importância da curricularização da extensão como um processo transformador tanto para os discentes quanto para as comunidades envolvidas.

Ao analisar os relatórios dos 12 polos onde a disciplina foi ministrada, identificou-se um total de 52 grupos constituídos, correspondendo a 52 projetos de intervenção extensionistas. O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual de diferentes modalidades de atividades, incluindo palestras, oficinas, rodas de conversa, panfletos e outras ações (como vídeos, entre outras).

**Gráfico 1 – Modalidades contempladas nas atividades extensionistas**



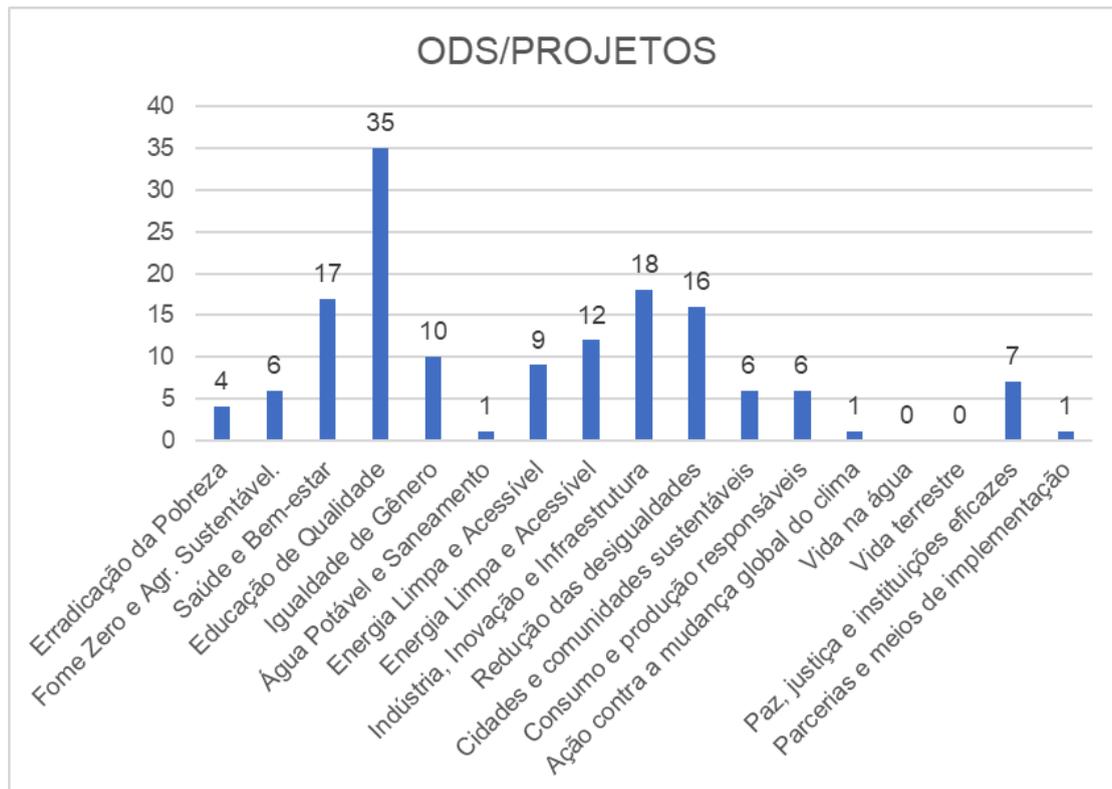
Fonte: Pesquisa documental (2024).

As palestras representaram a maior parte das atividades, constituindo metade do total. Isso indica que essa modalidade foi a mais utilizada ou preferida no contexto apresentado, possivelmente devido à sua eficácia em transmitir informações para um grande público de maneira estruturada. A segunda modalidade foi a roda de conversa, com 29%. Essa considerável porcentagem sugere um grande valor atribuído ao formato de discussão em grupo, que possibilita a troca de ideias e experiências de forma interativa.

As oficinas representaram 9% das atividades. Geralmente, envolvem uma abordagem prática e interativa, adequada para temas que requerem aplicação prática ou desenvolvimento de habilidades. Os panfletos, com 6%, foram a modalidade de menor impacto, mas ainda relevante. A distribuição de panfletos pode ser uma forma complementar de disseminar informações de maneira acessível e direta. As outras ações também representam 6% das atividades, indicando a presença de modalidades adicionais não especificadas que, apesar de menos frequentes, contribuem para a diversidade de abordagens nas atividades.

Após a identificação das modalidades intervencionistas, foi possível distribuir a frequência com que cada um dos ODS aparece, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Cada barra representa um ODS específico, e a altura da barra indica o número de projetos associados a esse objetivo.

**Gráfico 2** – Distribuição das modalidades intervencionistas por tema central dos ODS/ONU



Fonte: Pesquisa documental (2024).

Analisando os relatórios apresentados, observa-se que a maior concentração dos projetos está em Educação de Qualidade, Saúde e Bem-Estar, Indústria, Inovação e Infraestrutura e Redução das Desigualdades. Essas áreas parecem ser as principais prioridades, refletindo uma forte ênfase no combate às desigualdades, na equidade social, nas práticas sustentáveis e na educação. A distribuição dos projetos por ODS demonstra um esforço diversificado, mas com algumas áreas claramente recebendo mais atenção do que outras.

Projetos em menor quantidade, como Vida na Água e Vida Terrestre, representam oportunidades para aumentar o foco e alocação de esforços nas futuras ofertas de turmas, considerando que a região amazônica exige uma atenção especial para assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres e dos ecossistemas interiores de água doce, especialmente

florestas e zonas úmidas. Essas características são predominantes na região.

Com base nos relatórios, foi proposto um quadro resumo das pessoas envolvidas no processo. O Quadro 2 exibe o número de participantes de dois grupos diferentes, totalizando 2.129 pessoas. As duas categorias de público-alvo são: acadêmicos, docentes e técnicos da Unitins e a comunidade externa, com suas respectivas quantidades.

**Quadro 2** – Participantes alcançados pelas atividades extensionistas

<b>Público Alvo</b>	<b>Qtde</b>
Acadêmicos da Unitins	259
Comunidade Externa	1.870
Docentes e técnicos da Universidade	45
<b>Total beneficiado</b>	<b>2.129</b>

Fonte: Pesquisa de campo e documental (2024).

Os acadêmicos que participaram das ações de extensão estavam todos matriculados na disciplina Projeto Integrador II, totalizando 259 alunos. A comunidade externa teve uma presença significativa, indicando que as atividades são amplamente acessíveis e atraentes para a comunidade local. Esse fato também sugere que os eventos têm um impacto mais amplo, além do ambiente acadêmico da UNITINS.

O alto número de participantes da comunidade externa mostra que as atividades estão conseguindo alcançar e atrair pessoas fora da instituição, contribuindo para a formação de atores de desenvolvimento nas cidades onde o curso é ofertado. Esse é um indicativo positivo do impacto comunitário e da relevância social das atividades realizadas no contexto da Amazônia.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ressalta-se a importância da curricularização da extensão universitária na formação dos futuros profissionais de Gestão Pública, destacando a relevância das atividades extensionistas para o desenvolvimento de competências técnicas e habilidades necessárias para a atuação em prol do desenvolvimento regional.

Os resultados obtidos evidenciam a contribuição da integração entre ensino, pesquisa e extensão para a formação de atores sociais engajados no desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A pesquisa também aponta para a importância de ampliar o debate sobre a curricularização da extensão nos cursos tecnológicos a distância e nas universidades em geral, visando fortalecer a implementação da extensão nos currículos e promover a interação entre a universidade e a sociedade.

Assim, a curricularização da extensão se mostra como uma estratégia eficaz para promover a transformação social e contribuir para o desenvolvimento local e regional.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 24 jun. 2024.

DE MEDEIROS, M. M. A extensão universitária no Brasil: um percurso histórico. **Revista Barbaquá**, Dourados - MS, v. 1, n. 1, p. 9-16, jan./jun. 2017.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

FERNANDES, A. F. *et al.* Curricularização da extensão: uma experiência no curso superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação. **Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense**, v. 10, n. 20, p. 220-243, 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.**

Manaus, maio 2017. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200>. Acesso em: 29 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal.** Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

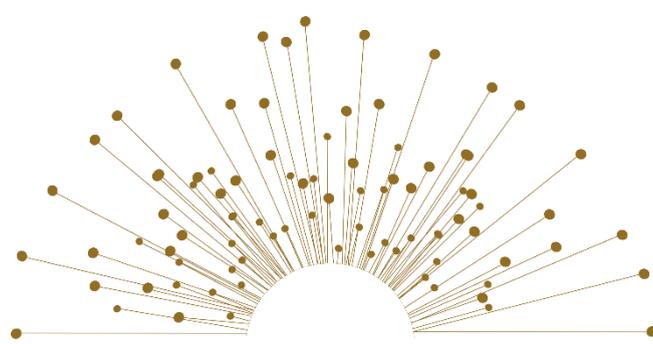
LUCAS, A. C. *et al.* Curricularização da extensão: a experiência do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e88038, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/88038>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. *In:* FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília: UNB, 2001. 57-72.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 jun. 2024.



# REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.** Palmas: UNITINS, 2024. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/637998111925867226.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.